

BRICS: UMA ANÁLISE COM FOCO NA INTEGRAÇÃO DE NOVOS PAÍSES E O PAPEL CRUCIAL DA AMAZÔNIA

BRICS: A COMPREHENSIVE ANALYSIS WITH A FOCUS ON THE INTEGRATION OF NEW COUNTRIES AND THE CRUCIAL ROLE OF THE AMAZON

Rodrigo Róger Saldanha¹

Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR).

Bruna Pomini Bregolato²

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR).

ÁREA(S): direito internacional; direito econômico.

RESUMO: Este artigo científico, inserido no campo do direito internacional, visa examinar as transformações ao longo do tempo no conceito de integração do BRICS, destacando a evolução significativa desse grupo e sua relação estratégica com a Amazônia nas atuais políticas do Brasil. Explorando a origem do BRICS como uma plataforma política

e econômica no final dos anos 2000, o estudo percorre sua trajetória até a consolidação como uma aliança geopolítica. A transição do BRICS de uma aliança econômica para uma aliança geopolítica é abordada, evidenciando como esse grupo de países – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – desempenha papel crucial no cenário geopolítico internacional. Destaca-se a importância estratégica atribuída à Amazônia nas políticas nacionais

¹ Pós-Doutorando em Direito pela Universidade de Coimbra, Portugal. Doutor e Mestre em Direito, Especializações e Formações Complementares *et al.* Advogado empresarial. Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). *E-mail:* rodrigo.roger@pucpr.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8968070508046566>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5329-2316>.

² Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). *E-mail:* brunnapomini@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2398457732807760>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-7563-3447>.

do Brasil nesse contexto. Quanto à metodologia, adota-se o método hipotético-dedutivo, aliado à revisão bibliográfica. A análise crítica das fontes bibliográficas conclui que as mudanças no BRICS e sua crescente relevância geopolítica estão intrinsecamente ligadas à importância estratégica atribuída à Amazônia nas políticas do Brasil. A região assume papel fundamental na consolidação de uma abordagem mais sustentável, refletida nas ações do grupo, incluindo a criação do Novo Banco de Desenvolvimento, evidenciando um compromisso com o desenvolvimento sustentável. Assim, este estudo contribui para uma compreensão aprofundada das dinâmicas do BRICS, destacando sua evolução e enfatizando a centralidade da Amazônia nas discussões e ações políticas contemporâneas do Brasil, principalmente no contexto internacional e de desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT: *This scientific article, situated in the field of international law, aims to examine the transformations over time in the concept of BRICS integration, highlighting the significant evolution of this group and its strategic relationship with the Amazon in current Brazilian policies. Exploring the origin of BRICS as a political and economic platform in the late 2000s, the study traces its trajectory to its consolidation as a geopolitical alliance. The transition of BRICS from an economic alliance to a geopolitical alliance is addressed, showcasing how this group of countries – Brazil, Russia, India, China, and South Africa – plays a crucial role in the international geopolitical landscape. The strategic importance attributed to the Amazon in Brazil’s national policies in this context is emphasized. Regarding methodology, the deductive-hypothetical method is employed, coupled with a literature review. The critical analysis of bibliographic sources concludes that changes in BRICS and its growing geopolitical relevance are intrinsically linked to the strategic importance assigned to the Amazon in Brazil’s policies. The region assumes a fundamental role in consolidating a more sustainable approach, reflected in the group’s actions, including the establishment of the New Development Bank, underscoring a commitment to sustainable development. Thus, this study contributes to a comprehensive understanding of BRICS dynamics, highlighting its evolution and emphasizing the centrality of the Amazon in contemporary Brazilian discussions and policy actions, particularly in the international and sustainable development context.*

PALAVRAS-CHAVE: BRICS; Amazônia; direito internacional.

KEYWORDS: BRICS; Amazon; international law.

SUMÁRIO: Introdução; 1 Como se originou o BRICS e integração de novos países ao longo dos anos; 2 BRICS: evolução geopolítica e transformação de uma aliança econômica para geopolítica; 3 BRICS e Brasil: desafios e perspectivas para a Amazônia; Conclusão; Referências.

SUMMARY: Introduction; 1 The origins of BRICS and the integration of new countries over the years; 2 BRICS: geopolitical evolution and the shift from economic alliance to geopolitical force; 3 BRICS and Brazil: challenges and perspectives for the Amazon; Conclusion; References.

INTRODUÇÃO

A ascensão do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) como uma plataforma política e econômica nas últimas décadas representa um fenômeno de grande relevância no cenário internacional. Esse grupo de países emergentes tem desempenhado papel crucial no contexto geopolítico, desafiando as potências tradicionais e redefinindo as dinâmicas de poder. No entanto, a evolução do BRICS não se limita apenas a uma aliança econômica; ela testemunha uma transição significativa para uma aliança geopolítica, moldando e sendo moldada por eventos globais.

Este artigo científico, inserido no campo do direito internacional, busca examinar, de maneira aprofundada, essas transformações ao longo do tempo, destacando a trajetória do BRICS desde sua origem como uma plataforma nos anos 2000 até sua consolidação como uma aliança geopolítica. O enfoque recai sobre a relação estratégica desse grupo com a Amazônia e seu impacto nas atuais políticas do Brasil.

A metodologia adotada, fundamentada no método hipotético-dedutivo e apoiada por uma revisão bibliográfica crítica, visa proporcionar uma análise robusta e abrangente dessas mudanças. A abordagem crítica das fontes bibliográficas revela que as transformações no BRICS e sua crescente relevância geopolítica estão intrinsicamente vinculadas à importância estratégica atribuída à Amazônia nas políticas nacionais do Brasil.

Destaca-se a centralidade da Amazônia como um elemento fundamental na consolidação de uma abordagem mais sustentável por parte do BRICS. A criação do Novo Banco de Desenvolvimento, entre outras ações, evidencia o compromisso do grupo com o desenvolvimento sustentável, refletindo em suas discussões e ações políticas contemporâneas.

Portanto, este estudo contribui não apenas para uma compreensão mais profunda das dinâmicas do BRICS, mas também para a contextualização da

Amazônia como um ponto focal nas discussões e ações políticas do Brasil. A importância deste tema transcende fronteiras, influenciando não apenas as relações internacionais, mas também as abordagens para o desenvolvimento sustentável em um contexto global em constante evolução.

1 COMO SE ORIGINOU O **BRICS** E INTEGRAÇÃO DE NOVOS PAÍSES AO LONGO DOS ANOS

Os BRICS surgiram como uma plataforma política e econômica no final dos anos 2000. Sua ascensão alimentou a concepção profundamente arraigada de “modernização” e “desenvolvimento” no Sul Global, gerando otimismo em relação à capacidade desses países de se apresentarem como uma alternativa à hegemonia ocidental. Atualmente, as tensões e expectativas em torno do papel internacional dos BRICS aumentaram no cenário geopolítico. Do ponto de vista histórico, é crucial para a América Latina e a África promoverem a diversificação de parcerias econômicas que possam potencialmente contrabalançar a predominância dos EUA e da Europa em nossas regiões³.

No mês de novembro de 2001, Jim O’Neill, então ocupando a posição de economista-chefe no banco multinacional de investimentos Goldman Sachs, tornou público o relatório intitulado “Building Better Economic BRICS”. Nessa análise, ele delineou projeções relacionadas ao crescimento econômico dos mercados em rápido desenvolvimento do Brasil, Rússia, Índia e China, conferindo, assim, o nascimento do acrônimo BRIC. Esse documento não apenas forneceu estimativas prospectivas, mas também estabeleceu as bases para uma compreensão mais profunda e duradoura do potencial econômico desses países, contribuindo significativamente para a consolidação do conceito e sua posterior consagração na arena global⁴.

Desde 2009, e com a inclusão da África do Sul em 2011, os líderes dos países BRICS realizam reuniões anuais para abordar os principais temas emergentes da agenda internacional, concentrando-se especialmente em questões relacionadas ao desenvolvimento, sustentabilidade e reformas das

³ ANA, P.; GARCIA, S. Analisando o papel dos BRICS: uma breve proposta metodológica. *Diálogos plurais sobre a ampliação do BRICS*. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://bricspolicycenter.org/wpcontent/uploads/2023/11/publicacao-bpc-ana.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2023.

⁴ O’NEILL, J. Building Better Economic BRICS. *Global Economics Paper*, New York, n. 66, p. 1-16, nov. 2001.

instituições financeiras globais. Diante do reconhecimento de que a carência comprovada de infraestrutura em muitos países em desenvolvimento representava um obstáculo para as perspectivas de crescimento, os BRICS estabeleceram, em 2014, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD). Esse banco foi concebido de maneira complementar para financiar projetos sustentáveis de infraestrutura não apenas nos países do BRICS, mas também em outras economias emergentes e países em desenvolvimento⁵.

O impacto econômico dos BRICS é notavelmente significativo. Entre 2003 e 2007, o crescimento desses quatro países representou 65% da expansão do PIB global. Atualmente, em termos de paridade de poder de compra, o PIB combinado dos BRICS ultrapassa o dos EUA e da União Europeia. Para ilustrar o ritmo de crescimento, em 2003, os BRICS representavam 9% do PIB mundial, e esse número subiu para 14% em 2009. Em 2010, o PIB conjunto dos cinco países, incluindo a África do Sul, atingiu US\$ 11 trilhões, correspondendo a 18% da economia global. Considerando a paridade de poder de compra, esse índice aumenta ainda mais, totalizando US\$ 19 trilhões, ou 25% da economia mundial⁶.

Até 2006, os BRICs não formavam um mecanismo formal para a coordenação entre eles. O conceito representava quatro países que, individualmente, possuíam características que os tornavam dignos de consideração em conjunto, mas ainda não operavam como um mecanismo. Essa dinâmica começou a mudar com a Reunião de Chanceleres dos quatro países, realizada à margem da 61ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 23 de setembro de 2006. Esse evento marcou o início da colaboração entre Brasil, Rússia, Índia e China. Consequentemente, ao lado do conceito “BRICs”, surgiu um grupo que passou a atuar no cenário internacional, o BRIC. Em 2011, com a inclusão da África do Sul, o mecanismo evoluiu para BRICS, agora com um “S” maiúsculo no final.

A aproximação entre os países que formavam o bloco BRICs não aconteceu devido a uma coordenação formal iniciada pelos próprios países,

⁵ BUENO, E. de P. *Direito e Relações Internacionais*. Os BRICS e as Reformas das Instituições Internacionais. São Paulo: Editora dos Editores, 2019.

⁶ IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Fórum BRICS*. Conheça os BRICS. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>. Acesso em: 9 nov. 2023.

mas sim como resultado de uma tese econômica embasada em dados e projeções viáveis, mesmo que audaciosas. Isso conferiu ao grupo características distintas. Até 2008, contudo, tudo isso parecia ser mais uma questão de destaque na mídia e nos círculos acadêmicos, além da publicidade positiva gerada para os governos dos quatro países. A crise econômica que começou naquele ano, apesar de ter sido sentida em todo o mundo, não impactou severamente os países que estavam distantes das estruturas financeiras tradicionais, como as potências emergentes do BRIC. Foi nesse cenário econômico que a união entre Brasil, Índia, China e Rússia também adquiriu um significado político⁷.

O surgimento desses países fortaleceu a concepção profundamente arraigada de “modernização” e “desenvolvimento” no Sul Global, gerando otimismo em relação à capacidade dessas nações de se apresentarem como uma alternativa à hegemonia ocidental. Atualmente, as tensões – e as expectativas associadas – em torno do papel internacional dos BRICS têm aumentado no cenário geopolítico. Do ponto de vista histórico, é crucial para a América Latina e a África apoiarem a diversificação de parcerias econômicas que tenham o potencial de contrabalançar a presença dominante dos EUA e da Europa em nossas regiões.

A crescente influência emanada dos países que constituem o BRICS está gradativamente adquirindo uma presença mais notória e significativa no contexto do direito internacional, especialmente em virtude do elevado grau político de suas articulações globais que se desdobram ao longo das primeiras décadas do século XXI. Esse fenômeno revela um processo contínuo de consolidação de sua relevância no cenário global, onde suas ações e decisões têm repercussões cada vez mais marcantes no âmbito jurídico internacional⁸.

⁷ VISENTINI, P. *et al.* *BRICS: as potências emergentes*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

⁸ VASCONCELOS, R. C. de. Ciência Política e o Direito Internacional Contemporâneo: entre compreender e modular. *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*, v. 107, p. 15-28, 2020.

2 BRICS: EVOLUÇÃO GEOPOLÍTICA E TRANSFORMAÇÃO DE UMA ALIANÇA ECONÔMICA PARA GEOPOLÍTICA

Os BRICS podem ser analisados em três dimensões distintas. A primeira, influenciada pelo realismo nas Relações Internacionais, foca na competição entre Estados nacionais em busca de poder. Inicialmente, os BRICS buscaram fortalecer suas capacidades econômicas, políticas e militares, desafiando as potências tradicionais, especialmente os EUA e a Europa. Durante a crise financeira de 2008, procuraram reformas em instituições globais, gerando tensões com o Ocidente. As geopolíticas tornaram-se mais evidentes após a eleição de Donald Trump em 2017, quando os EUA concentraram-se na contenção da expansão tecnológica da China.

Em 2022, a invasão da Ucrânia pela Rússia intensificou as representações do mundo como “Ocidente *versus* Oriente”. A aliança China-Rússia dentro dos BRICS passou a dominar o cenário geopolítico, indicando uma transformação do grupo de uma aliança mais econômica para uma aliança geopolítica.

Uma abordagem alternativa para analisar os BRICS é considerar uma perspectiva “horizontal” (ou lateral), ou seja, examinar as relações dentro do bloco, procurando identificar pontos de convergência e assimetrias entre os países. No campo da saúde, por exemplo, os BRICS têm procurado fortalecer a colaboração entre si, estabelecendo grupos de trabalho e acordos de entendimento. No entanto, a pandemia trouxe desafios à cooperação, e os países BRICS não coordenaram uma posição unificada em relação à flexibilização temporária das patentes de vacinas durante as discussões na Organização Mundial do Comércio.

Enfrentamos notáveis diferenças culturais e sociais entre os países do BRICS. Entre essas discrepâncias, destaca-se, especialmente, o aspecto do regime político: enquanto o Brasil, a Índia e a África do Sul mantêm democracias vibrantes, a Rússia e a China adotam regimes autoritários. No entanto, mesmo diante dessas divergências, diversas áreas foram beneficiadas pela cooperação técnica intra-BRICS, como a facilitação do comércio, agricultura, estatísticas e até mesmo fóruns empresariais, judiciais e de defesa⁹.

⁹ STUENKEL, O. *BRICS: e o futuro da ordem global*. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.

A perspectiva “transcivilizacional” propõe uma abordagem ampla e multifacetada para lidar com problemas práticos, normativos e epistemológicos, reconhecendo a diversidade de civilizações ao longo da história. Essa visão visa desenvolver uma estrutura cognitiva que transcenda fronteiras nacionais, facilitando a apreciação de complexidades no contexto do direito internacional no século XXI. A compreensão consciente e a aplicação dessa perspectiva podem enriquecer a análise e a busca por soluções em temas internacionais¹⁰.

Ao longo de décadas, a Índia tem desempenhado papel significativo, proporcionando contribuições humanitárias substanciais às missões de pacificação da ONU. Da mesma forma, a China tem contribuído ativamente para impulsionar o desenvolvimento e promover a paz internacional, liderando esforços na pacificação e fornecendo assistência para o desenvolvimento (2017, p. 211).

Nas reuniões das 4^a, 5^a e 6^a cúpulas do BRICS, realizadas em Nova Déli, Durban e Fortaleza, respectivamente, os líderes dos cinco Estados-Membros decidiram estabelecer duas instituições fundamentais: o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS (NBD) e um Arranjo Contingente de Reservas (ACR). Essas iniciativas consolidaram laços sem precedentes entre os governos desses países, representando um marco significativo para o BRICS.

A criação do NBD e do ACR assinalou o início de uma cooperação financeira institucionalizada, uma vez que, até 2014, o BRICS era caracterizado por uma ausência de normas vinculativas. Essas medidas proporcionaram uma base estrutural para a colaboração econômica e financeira entre os Estados-Membros do BRICS, fortalecendo sua posição no cenário global.

No âmbito do Conselho de Segurança da ONU, surge um debate relevante sobre a “Responsabilidade de Proteger” (R2P). A R2P é articulada em três pilares: i) Estados têm a responsabilidade primária de proteger suas populações contra genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade; ii) a comunidade internacional compromete-se a auxiliar os Estados na capacitação para proteger suas populações e prevenir crises e

¹⁰ ONUMA, Y. Direito internacional em perspectiva transcivilizacional. Questionamento da estrutura cognitiva predominante no emergente mundo multipolar e multicivilizacional do século XXI. *In*: CASELLA, P. B.; NINOMIYA, M. (org.). Belo Horizonte: Arracs, 2017. p. 22.

conflitos; iii) a comunidade internacional tem a responsabilidade de agir, de forma rápida e decisiva, para evitar e combater atos de genocídio, limpeza étnica, crimes de guerra e crimes contra a humanidade quando um Estado falha manifestamente em proteger suas populações (2017, p. 210-211). Esse debate destaca a importância de abordagens conjuntas para a promoção da segurança global e a prevenção de violações graves dos direitos humanos.

O exame das reformas no sistema de governança do Conselho de Segurança das Nações Unidas, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional revelou um consenso generalizado de que essas instituições não podem mais avançar de maneira eficaz sem uma participação mais significativa dos países em desenvolvimento. A percepção comum é a de que, para que essas entidades cumpram, de maneira legítima, o papel no direito internacional, é essencial proporcionar uma voz mais ampla e influente às nações em desenvolvimento.

Além disso, observou-se que o fator de equilíbrio existente é considerado insuficiente para garantir a legitimidade na execução do direito internacional, conforme apontado por Onuma em 2017.

A necessidade de uma redistribuição mais equitativa do poder e da representação é reconhecida como um componente crucial para a eficácia e a validade das decisões e políticas dessas instituições globais. Essa perspectiva reflete uma busca por um sistema internacional mais inclusivo e representativo, reconhecendo as mudanças no cenário global e a importância de incorporar diversas vozes na governança global.

Em outras palavras, a ideia central é a de que, para que as decisões e políticas adotadas por instituições globais sejam eficazes e legítimas, é necessário que haja uma distribuição mais equitativa do poder e da representação. Isso não apenas reflete a necessidade de se adaptar às mudanças no cenário global, mas também destaca a importância de incluir diversas vozes na tomada de decisões em nível global, buscando, assim, um sistema mais inclusivo e representativo.

3 BRICS E BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A AMAZÔNIA

A Amazônia assume papel fundamental na estratégia externa do Brasil, sendo considerada elemento essencial. Além disso, ela desempenha papel crucial na projeção político-econômica da República Federativa do Brasil, especialmente no contexto das iniciativas de desenvolvimento sustentável. A região amazônica não só impulsiona o comprometimento do Brasil com práticas ambientalmente responsáveis, mas também contribui para fortalecer a cooperação dos países do BRICS no cumprimento dos compromissos globais de redução das emissões de gases de efeito estufa¹¹.

Na 11^a Cúpula do BRICS, a Declaração de Brasília, em relação a questões ambientais, concentra-se na soberania da Amazônia e aborda o seguinte:

8. Expressamos nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões – econômicas, sociais e ambientais – de maneira equilibrada e integrada. Todos os nossos cidadãos, em todas as partes de nossos respectivos territórios, incluindo áreas remotas, merecem desfrutar plenamente dos benefícios do desenvolvimento sustentável. A cooperação internacional neste campo, como em todos os outros, deve respeitar a soberania nacional e os regulamentos e disposições legais e institucionais nacionais, bem como práticas e procedimentos.

9. Reiteramos a importância da implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e pedimos esforços redobrados para sua oportuna implementação. Exortamos os países desenvolvidos a implementarem totalmente seus compromissos de Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA) e

¹¹ ARAGÓN, L. E. *Amazônia: conhecer para desenvolver e conservar*. Cinco temas para um debate. São Paulo: Hucitec, 2013.

a fornecerem aos países em desenvolvimento recursos adicionais para desenvolvimento.

10. Reiteramos nosso compromisso com a implementação do Acordo de Paris adotado sob os princípios da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), incluindo o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais. (BRICS, 2019)

O trecho acima dá ênfase à necessidade de equilíbrio e integração nas esferas econômica, social e ambiental, refletindo a busca por uma abordagem abrangente para garantir que todos os cidadãos, independentemente de sua localização, possam desfrutar plenamente dos benefícios desse desenvolvimento. A chamada para a cooperação internacional respeitar a soberania nacional e os regulamentos locais destacam a importância do respeito mútuo entre as nações. Além disso, a reiteração do compromisso com a implementação da Agenda 2030 e do Acordo de Paris evidencia a contínua adesão do BRICS aos objetivos globais de desenvolvimento sustentável e de combate às mudanças climáticas, reconhecendo as diferentes circunstâncias nacionais.

No contexto complexo das atuais dinâmicas internacionais, a Amazônia revela-se como um ativo estratégico de incalculável valor. Além de seu impacto ambiental e ecológico, a região amazônica desempenha papel crucial nas iniciativas de desenvolvimento sustentável delineadas pela República Federativa do Brasil. Sua preservação e uso sustentável não são apenas objetivos nacionais, mas também representam uma contribuição significativa para a abordagem global em relação à conservação do meio ambiente.

Na última década, a Amazônia se tornou um cenário de conflito na complexa paisagem geopolítica global, onde potências consolidadas e emergentes se encontram em um confronto. A contenda entre nações europeias, como a França, e o atual líder brasileiro não só evidenciam uma competição por recursos naturais, mas também refletem uma persistência de mentalidade colonizadora. A concepção de que a América do Sul e seus recursos naturais

são propriedade de potências europeias destaca a intrincada natureza dos interesses geopolíticos na região¹².

Nesse contexto, nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e financeira, os BRICS estão seriamente considerando uma colaboração abrangente para enfrentar desafios relacionados às mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição. O setor energético assume uma importância crucial nas relações comerciais do grupo, uma vez que, coletivamente, representam 40% do consumo global de energia até 2022¹³.

A cooperação intra-BRICS, influenciada pela contribuição sustentável da Amazônia, transcende considerações puramente econômicas. A região amazônica, ao servir como um epicentro de práticas ambientais responsáveis, não apenas eleva a visibilidade do Brasil como defensor do meio ambiente, mas também promove um diálogo mais amplo sobre questões climáticas e ecológicas entre os países do grupo.

Dessa forma, a Amazônia não apenas impulsiona o comprometimento do Brasil com práticas ambientalmente responsáveis, mas emerge como um catalisador para a cooperação multilateral entre os países do BRICS, contribuindo, de maneira substancial, para o cumprimento conjunto de metas globais. Nesse cenário, a riqueza natural da Amazônia torna-se não apenas uma preocupação nacional, mas um elo valioso que conecta o Brasil às discussões e ações globais em prol da sustentabilidade ambiental.

Além disso, a cooperação abrange investimentos no desenvolvimento de energias renováveis, visando alcançar a eficiência energética, conforme delineado na Declaração de Moscou em 2020. Essa declaração estabeleceu um plano de ação para orientar a cooperação energética até o ano de 2025.

¹² RODRIGUES, B. S. *Geopolítica, desenvolvimento e integração na América do Sul? Os projetos de poder estadunidense e chinês na Amazônia Sul-Americana (2001-2016)*, 2020. 322-346. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Rio de Janeiro.

¹³ FLORES MARICAHUA, B. E. *Estudo da questão amazônica nos BRICS e seu impacto na promoção do Desenvolvimento Verde no XIV Plano Quinquenal da China (2021-2025)*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso.

CONCLUSÃO

Diante da análise sobre a origem e evolução do BRICS, é possível concluir que o bloco representou uma resposta assertiva aos desafios geopolíticos e econômicos do início do século XXI. Inicialmente concebido em 2001 como BRIC, o acrônimo refletia projeções econômicas audaciosas para Brasil, Rússia, Índia e China, delineadas por Jim O'Neill do Goldman Sachs. A inclusão da África do Sul em 2011 transformou o grupo em BRICS, sinalizando uma ampliação geográfica e estratégica.

A ascensão do BRICS não se deu apenas por coordenação formal entre os membros, mas sim como resultado de uma fundamentação econômica sólida e projeções viáveis. A crise financeira de 2008 fortaleceu a união do bloco, conferindo-lhe significado político diante da resiliência demonstrada frente às estruturas financeiras tradicionais.

Ao longo do tempo, os BRICS não apenas consolidaram sua influência econômica, mas também expandiram sua presença no cenário jurídico internacional, evidenciando um processo contínuo de consolidação de sua relevância global.

Na dimensão geopolítica, os BRICS, ao desafiarem as potências tradicionais e buscarem reformas globais, tornaram-se um contrapeso ao Ocidente. A invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022 marcou uma transformação do grupo, de uma aliança predominantemente econômica para uma aliança geopolítica, especialmente com a crescente influência da China e da Rússia. Apesar das diferenças culturais e políticas, os BRICS têm buscado cooperação em diversas áreas, destacando-se a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) em 2014.

A análise transcivilizacional propõe uma abordagem ampla para lidar com as divergências entre os países-membros, reconhecendo a diversidade de civilizações ao longo da história. Essa visão contribui para a cooperação técnica intra-BRICS em áreas como comércio, agricultura e fóruns empresariais, fortalecendo a cooperação mesmo diante das diferenças. A criação do NBD e do Arranjo Contingente de Reservas (ACR) consolidou os laços entre os membros, representando um marco significativo para o BRICS.

No contexto brasileiro, a Amazônia desempenha papel crucial na estratégia externa, influenciando a projeção político-econômica do país. A Declaração de Brasília na 11ª Cúpula do BRICS destaca o compromisso com o desenvolvimento sustentável, reconhecendo a importância da cooperação internacional, respeitando a soberania nacional.

A região amazônica, ao destacar-se como um componente central e irremovível na estratégia externa da República Federativa do Brasil, vai além do simples reforço ao comprometimento do país com práticas ambientalmente responsáveis. Essa vasta e biodiversa extensão não apenas contribui para a cooperação global na redução de emissões de gases de efeito estufa, mas também assume um papel de destaque considerado fundamental para os interesses nacionais. Mais do que uma mera expressão geográfica, a Amazônia transcende fronteiras, desdobrando-se, de maneira inextricável, na projeção político-econômica do Brasil.

A relevância da região amazônica, portanto, vai além da sua dimensão ambiental; ela representa um protagonismo que influencia a posição do Brasil no cenário internacional. Essa dinâmica geopolítica não se limita apenas a considerações ambientais, mas se insere na busca por soluções conjuntas em áreas cruciais, como meio ambiente e energia, por meio da participação ativa no grupo dos BRICS. O desafio para o futuro reside na habilidade do grupo em gerenciar suas diversidades internas, mantendo sua influência positiva no contexto internacional e promovendo a cooperação global.

Em resumo, a região amazônica emerge como um elemento vital na estratégia do Brasil não apenas fortalecendo o comprometimento ambiental, mas também desempenhando papel central na projeção geopolítica do país. Os BRICS, por sua vez, representam um fenômeno global significativo não só pela sua consolidação econômica, mas também pelo impacto geopolítico. O desafio para o futuro do grupo é equilibrar suas diversidades internas, mantendo uma influência positiva no cenário internacional e promovendo a cooperação global para alcançar uma representação mais equitativa no sistema internacional.

REFERÊNCIAS

ANA, P.; GARCIA, S. Analisando o papel dos BRICS: uma breve proposta metodológica. *Diálogos plurais sobre a ampliação do BRICS*. [s.l.: s.n.]. Disponível em:

<https://bricspolicycenter.org/wpcontent/uploads/2023/11/publicacao-bpc-ana.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2023.

ARAGÓN, L. E. *Amazônia: conhecer para desenvolver e conservar*. Cinco temas para um debate. São Paulo: Hucitec, 2013.

BUENO, E. de P. *Direito e Relações Internacionais*. Os BRICS e as Reformas das Instituições Internacionais. São Paulo: Editora dos Editores, 2019.

DUTRA, J. N. *A relevância comercial do Brasil entre os países emergentes: uma abordagem de redes complexas*. 2023. 51 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2023.

FLORES MARICAHUA, B. E. *Estudo da questão amazônica nos BRICS e seu impacto na promoção do Desenvolvimento Verde no XIV Plano Quinquenal da China (2021-2025)*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Fórum BRICS*. Conheça os BRICS. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>. Acesso em: 9 nov. 2023.

O'NEILL, J. Building Better Economic BRICS. *Global Economics Paper*, New York, n. 66, p. 1-16, nov. 2001.

ONUMA, Y. *Direito internacional em perspectiva transcivilizacional*. Questionamento da estrutura cognitiva predominante no emergente mundo multipolar e multicivilizacional do século XXI. In: CASELLA, P. B.; NINOMIYA, M. (org.). Belo Horizonte: Arracs, 2017.

RODRIGUES, B. S. *Geopolítica, desenvolvimento e integração na América do Sul? Os projetos de poder estadunidense e chinês na Amazônia Sul-Americana (2001-2016)*, 2020. 322-346. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Rio de Janeiro.

SILVA, B. L. P. Resenha do livro BRICS e o futuro da ordem global. *Revista Ensaios*, v. 17, p. 177-181, jul./dez. 2020.

STUENKEL, O. *BRICS: e o futuro da ordem global*. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.

THUDIUM, G. Organizações informais e Direito Internacional: o caso do BRICS. *Revista do Programa de Direito da União Europeia*, v. 2, p. 75-85, 2023.

VASCONCELOS, R. C. de. Ciência Política e o Direito Internacional Contemporâneo: entre compreender e modular. *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*, v. 107, p. 15-28, 2020.

VISENTINI, P. *et al.* *BRICS: as potências emergentes*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

Submissão em: 14.11.2023

(Avaliador A) Avaliado em: 05.12.2023

(Avaliador B) Avaliado em: 21.04.2026

Aceito em: 26.04.2026